



OPINIÃO PÚBLICA

Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

cesop@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Brasil

Neves Costa, Paulo Roberto; da Fonseca Engler, Ícaro Gabriel
Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005)

Opinião Pública, vol. 14, núm. 2, novembro, 2008, pp. 486-514

Universidade Estadual de Campinas

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32914209>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Elite empresarial: recrutamento e valores políticos

(Paraná, 1995-2005)

Paulo Roberto Neves Costa

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal do Paraná

Ícaro Gabriel da Fonseca Engler

Graduando em Ciências Sociais
Universidade Federal do Paraná

Resumo: Este artigo analisa algumas particularidades dos valores políticos da elite empresarial, aqui considerada como uma elite política, e de sua articulação com outras variáveis socioeconômicas, tomando como objeto o Paraná, entre 1995 e 2005. Através da aplicação de um questionário, foram levantadas informações sobre a origem social, a trajetória política e os valores políticos relacionados à democracia dos presidentes de entidades de representação do empresariado paranaense. Verificamos que este grupo é não apenas homogêneo em relação a aspectos socioeconômicos, como também coeso em relação aos valores relacionados à democracia, o que não significa a inexistência de diferenças e divergências. Neste sentido, a consideração dos valores políticos desta elite empresarial e não apenas de seus aspectos socioeconômicos contribuiu para a compreensão de suas características, bem como das vias de acesso a esta elite.

Palavras-chave: elites empresariais; elites políticas; cultura política; democracia; Paraná.

Abstract: This article analyzes some of the specificities of the political values of the entrepreneurial elite and its articulation with other socio-economic variables. This study centers on the state of Paraná, in the years between 1995 and 2005. With the application of a survey, we were able to collect information on the social background, the political trajectory and the political values of the presidents of some of the most important entities for the representation of entrepreneurs in that state. Besides the variables that relate to the recruitment of this elite, we also noted a rather strong cohesion in regards to democratic values, which does not mean the inexistence of diverging views, however. Therefore, the study of the political values of the entrepreneurial elite makes it possible to better comprehend some important characteristics of this social group, namely its views on democracy and democratic institutions.

Keywords: entrepreneurial elites; political elites; political culture; democracy; Paraná.

Introdução¹

O estudo dos valores políticos, relacionados à democracia, de um grupo que exerce a representação política de uma classe social caracterizada pela propriedade ou pelo controle do capital exige que se façam algumas observações iniciais.

As atitudes e os valores democráticos dos grupos sociais ou do conjunto da sociedade já há muito tempo fazem parte da agenda de pesquisa sobre o desenvolvimento e as bases das modernas democracias. Apesar da polêmica sobre a relação entre sociedade, cultura política e democracia², subsiste a convicção de que tal estudo traz importantes contribuições para compreender os regimes democráticos, seu funcionamento e seu futuro. Em geral, a preocupação dos estudiosos volta-se para o conjunto da sociedade ou dos eleitores, ficando em segundo plano pesquisas mais aprofundadas sobre aqueles grupos menores e que ocupam posições privilegiadas na distribuição e ocupação dos espaços de poder, os quais, genericamente, podem ser chamadas de *elites políticas*.

Mas, por um lado, o estudo clássico de Almond e Verba (1989) já enfatizava a importância de verificar não apenas as atitudes dos cidadãos comuns mas das elites políticas da sociedade. Inglehart (1988), por sua vez, sugere a importância de considerar não apenas os aspectos econômicos e políticos do que chama de “burguesia”, mas também seus aspectos culturais, suas atitudes e valores, dado que a modernização das relações de ordem econômica não pode prescindir de uma cultura política favorável à democracia para o seu sucesso, sugerindo, assim, a importância de estudos voltados para este grupo específico. Dahl enfatiza a relação de consequência entre as crenças e as ações políticas dos “ativistas políticos” e coloca a possibilidade de estas afetarem, positiva ou negativamente, a construção da poliarquia, acrescentando que a idéia de que tais crenças impactam os regimes é tão problemática quanto útil. Embora a questão da ação política ultrapasse os nossos objetivos, observamos que Dahl também defende a necessidade de avaliar o que os grupos mais ativos politicamente pensam sobre a democracia (DAHL, 1997).

Putnam também sugere questões importantes para pensar a relação entre os valores das elites e a democracia. Para este autor, há um condicionamento das opiniões das elites pelas características dos grupos aos quais pertencem, e a

¹ Os dados aqui utilizados fazem parte dos resultados da pesquisa *Quem governa? Mapeando as elites políticas e econômicas no Paraná contemporâneo*, realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR. Tal pesquisa resultou na publicação de um livro (PERISSINOTTO et al., 2007). Agradecemos aos estudantes pesquisadores do Núcleo pelo trabalho de realização das entrevistas. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2007. Pela assessoria no tratamento estatístico dos dados, agradecemos a Emerson Cervi, que em nada é responsável pela forma de sua obtenção, nem pelas questões e inferências que, a partir deles, são aqui apresentadas. Agradecemos também a(o) parecerista que avaliou este artigo pelas suas importantes observações.

² Por exemplo, ver Przeworski, Cheibub e Limongi (2003).

condição de elite diz respeito mais ao grupo social representado do que ao poder de decisão frente ao conjunto da sociedade e o Estado. Putnam entende que não se pode reduzir a questão da elite à capacidade final de decisão, pois o poder se dá de forma difusa ao longo do processo decisório. Assim, a utilidade do estudo das elites, mesmo quando não possibilita inferências imediatas sobre este processo, permite o aprimoramento das estratégias de análise da ação e da participação dos grupos sociais subjacentes neste processo (PUTNAM, 1976)³.

Bishin, Barr e Lebo (2006) afirmam que, embora o suporte das elites à democracia e sua satisfação com este regime sejam muito importantes para a sua consolidação na América Latina, pouco se sabe sobre o que elas entendem por democracia. Deste modo, é necessário ir além da questão do grau de adesão a este regime político.

Há estudos mais recentes sobre empresariado e democracia que se aproximam da problemática que pretendemos desenvolver neste trabalho. Durand (2002) analisou a posição da elite empresarial no contexto do governo Fujimori no Peru. Entre outras fontes, entrevistou, ao longo de um ano, vinte presidentes e diretores das principais associações e conglomerados⁴. Embora não seja sua questão central, Durand atribui importância à concepção de democracia entre os empresários e chama a atenção para a necessidade de, em um estudo sobre este aspecto, articulá-la à análise de suas formas concretas de ação⁵.

A este respeito, em obra que pretende analisar a relação entre empresários e democracia no contexto da transição à democracia na América Latina, Bartell e Payne enfatizam a falta de pesquisas empíricas que busquem explicar as atitudes políticas e o comportamento dos líderes empresariais, chamados de “business leaders” ou “business elite”, e questionam as caracterizações do poder, da ação, das atitudes e dos comportamentos dos empresários na literatura, em especial naquele contexto. Enfim, os autores analisam as razões subjacentes ao apoio do “business” à democracia e as possibilidades dos seus interesses nela serem atendidos (BARTELL e PAYNE, 1995).

Ainda que fique evidente a importância da questão central do presente artigo, quando nos propomos a estudar os valores políticos democráticos daqueles que assumem postos de representação política de um grupo econômica e

³ Além disso, segundo o autor, Mills já enfatizava a importância da ocupação tanto dos cargos quanto das próprias instituições para o exercício do poder (PUTNAM, 1976). Isso é interessante para justificar a importância dos presidentes das entidades de representação empresarial enquanto elite política de um dado grupo social. Retomaremos estas questões mais adiante.

⁴ As associações representavam indústria, mineração e energia, exportação e importação e bancos. Das corporações, foram contemplados os CEOs dos quatro maiores conglomerados do país e diretores de corporações multinacionais e das principais firmas de consultoria (DURAND, 2002).

⁵ Nossa pesquisa tem outra semelhança em relação ao trabalho de Durand, qual seja, a de não se restringir ao setor industrial, como ocorre nos diversos trabalhos de Diniz e Boschi (por exemplo, 2004 e 2007) e de Payne (1994 e 1995).

socialmente importante como o empresariado, algumas questões ainda ficam abertas, tais como: a própria localização e a caracterização deste grupo, aqui entendido como uma *elite*, e do seu recrutamento; o processo de representação política e, por fim, a articulação entre o poder econômico e o poder político.

Em geral, quando se fala em *elite*, pensa-se principalmente no critério do *poder*. Isso significaria que, em termos de uma elite cuja característica é pertencer ao grupo dos que exercem importantes atividades econômicas, estaríamos nos referindo àqueles que possuem grande poder econômico. Para os nossos objetivos, o problema deste recorte é reduzir a questão do poder à propriedade e ao controle de meios de produção e deixar de lado questões igualmente complexas e relevantes, em especial aquelas relacionadas às idéias, à ação e à representação políticas.

O trabalho de Pahl e Winkler sobre a “economic elite” na Europa ilustra nossas proposições. Os objetivos dos autores são, de um lado, apreender as implicações para as “teorias macro-sociológicas das elites” de um estudo sobre os diretores de companhias, verificando a forma como os diretores concebem e resolvem o seu papel na empresa, e, de outro, discutir as elites e o poder na sociedade em geral (PAHL e WINKLER, 1974). Para estes autores, Marx e Weber teriam indicado que o elemento essencial do conceito de elite econômica na sociedade capitalista seria o “poder de mercado”, entendido como “...o controle sobre a *distribuição* dos recursos econômicos, o poder de雇用 recursos ou retirá-los, de acordo com seus próprios interesses e preferências” (tradução nossa). Enfim, o recurso fundamental seria o capital e o objeto considerado pela pesquisa restringir-se-ia aos executivos, ou seja, àqueles que desempenham papel fundamental no processo decisório interno à empresa.

O problema desta perspectiva é não levar em conta aspectos da própria sociologia de Marx e Weber, a despeito de suas diferenças, para a análise da “burguesia”. Embora pertinente e sociologicamente interessante, a questão e o tipo de recorte do objeto utilizados por Pahl e Winkler restringem o que chamam de “elite econômica” àqueles que atuam no interior das grandes empresas. Ficam, assim, de lado outros aspectos relevantes e muitas vezes cruciais para a compreensão não só das elites como também dos grupos sociais a elas subjacentes, a saber, os valores políticos e as formas de ação política.

Deste modo, estão ausentes deste enfoque sobre a “elite econômica” as questões relacionadas, para além do econômico, ao poder político, o que implica também em desconsiderar a análise de muitos agentes do próprio empresariado cuja relevância pode até se dar menos por aspectos econômicos do que por fatores políticos⁶.

⁶ Para os nossos objetivos, isso é importante por que este recorte utilizado por Pahl e Winkler também está presente nos estudos pioneiros da sociologia do empresariado no Brasil. Ver Cardoso (1964) e Martins (1968).

Mas, um estudo sobre uma *elite econômica* estritamente a partir do atributo da propriedade ou da capacidade de gerenciar grandes empresas deixaria de lado exatamente uma questão fundamental da constituição do grupo do qual se estabelece uma *elite*, em especial quando se trata de democracia, ou seja, os valores políticos, a ação e a representação política. Dessa forma, a questão do poder político deve ser colocada em relação a dois tipos de capacidades por parte dos membros desta *elite*: a de se constituir como o dirigente mais importante de uma instituição de representação de interesses empresariais e, em função desta condição, a de exercer algum tipo de *influência* sobre os órgãos e centros de decisão política do Estado. Significa, portanto, poder *para fora* das empresas, independentemente da posse ou do controle sobre o grande capital. É neste sentido que aqui, de um lado, está sendo usado o conceito de *elite empresarial* e, de outro, recordado o nosso objeto, que considera os presidentes de entidades de representação do empresariado.

Porém, antes de detalhar este conceito, no âmbito dos objetivos deste artigo, convém tratar brevemente da literatura brasileira correlata a este assunto. Não cabe aqui fazer uma revisão dos estudos sobre “elites econômicas”, “elites empresariais” ou “empresariado”, mas apenas notar a já conhecida flutuação, e algumas vezes imprecisão teórica e metodológica, que marca o uso destas expressões, nem sempre possuidoras de um estatuto de conceito⁷.

Como exemplo, podemos mencionar os estudos de Diniz e Boschi sobre o empresariado industrial no Brasil (por exemplo, 2000 e 2004) que utilizam a expressão “elites empresariais”, bem como o de Loureiro e Olivieri (2002), que consideram como “elite econômica” o empresariado industrial e os dirigentes governamentais encarregados das áreas de gestão da economia, ou também o conceito de “elites orgânicas” e “elites empresariais” de Dreifuss (1981) e seu uso por Gros (2002).

Mas, para os nossos objetivos, interessa destacar que os trabalhos pioneiros de Cardoso (1964 e 1967) e Martins (1968) tiveram um papel importante não apenas para a análise sociológica deste grupo social mas também para a indicação de variáveis importantes para seu estudo enquanto um tipo de *elite*, embora não os tenham explorado em todas as suas implicações. Destas análises, podemos destacar alguns aspectos de natureza metodológica que são interessantes para os nossos objetivos⁸. Além da utilização do survey como instrumento de coleta de dados, em seu estudo sobre o que chama de elites empresariais latino-americanas,

⁷ Esta é, por exemplo, a constatação de Cruz (1995).

⁸ Deve-se considerar que os autores possuem pretensões muito mais amplas e complexas do que as nossas, ou seja, analisar a constituição deste grupo no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina, e que tendem a reduzir esta questão, ainda que tratada criticamente em relação ao uso dos modelos europeu e schumpeteriano para pensar as particularidades deste grupo, às “elites industriais” e seu papel no interior da empresa.

Cardoso mobiliza, de um lado, variáveis como a ocupação do pai, o nível educacional e a trajetória dos indivíduos, no caso, até a posição de gerente - ou seja, utiliza “critérios adscritivos” e adquiridos desta elite -, e, de outro, aspectos relacionados aos valores, embora não propriamente políticos, mas sim aqueles relacionados às motivações e incentivos para sua própria atividade empresarial e sua personalidade gerencial. Tais critérios são considerados formas de pensar o processo de recrutamento que caracteriza a constituição da elite (CARDOSO, 1967). Cardoso conclui que “...a explicação da mentalidade, dos valores e das ideologias, das possibilidades de atuação dos empresários latino-americanos, tanto como chefes de empresa, como em sua atuação organizada como *classe social*” (grifo nosso), depende de uma referência às condições concretas específicas de cada contexto social (CARDOSO, 1967, p.124).

Este autor atribui, poranto, importância às variáveis relacionadas ao recrutamento e aos valores como forma de estudar e caracterizar as elites empresariais, consideradas em seus respectivos contextos, e de estudá-las enquanto um dado tipo de manifestação da classe social.

Concordamos com a importância deste aspecto como destacado por Cardoso e, ao mesmo tempo, verificamos a complexidade e a escassez de estudos que procuram articular o estudo do empresariado ao de sua elite, o que implica a consideração tanto de aspectos relacionados ao seu recrutamento, como de seus valores, mais especificamente, relacionados à política e à democracia. É neste sentido que, longe de pretender apresentar um estudo empírico que faça frente aos estudos mencionados sobre o empresariado, pretendemos defender uma posição de ordem metodológica, cujas implicações teóricas ultrapassam nossos objetivos neste momento.

Também deixamos claro desde já que não estamos reduzindo a complexa questão da constituição de um dado coletivo enquanto grupo social e ator, e da sua representação política, ao tratamento dos que ocupam os cargos de presidentes de entidades de representação do empresariado nem que estamos deixando de lado toda a problemática teórica no campo do estudo das elites sobre métodos de localização e análise do que se entende como *elite*. Assim como nos estudos sobre a cultura política de coletivos sociais mais amplos, a questão da *representatividade* do grupo aqui pesquisado coloca-se de imediato. No nosso caso, esta questão desdobra-se em outra, qual seja, a de se este grupo representa, *política* e *efetivamente*, o conjunto dos empresários.

A primeira questão será tratada mais adiante, na apresentação dos aspectos metodológicos da pesquisa subjacente a este trabalho. A segunda questão, por sua vez, ultrapassa em muito nossos objetivos, dado que implica em uma questão teórica distinta, a saber, a da representação política, a qual entendemos que só pode ser feita no âmbito da análise da ação política daqueles que seriam os

representantes em relação aos interesses dos representados⁹. Enfim, não estamos estudando a ação e a representação política de todo um coletivo, mas sim certas particularidades dos que ocupam postos-chave em instituições de representação de interesses coletivos.

Entendemos que aqueles que ocupam cargos principais em entidades de representação de interesse do empresariado podem ser considerados ao menos como parte da *elite empresarial*, e que as suas características se apresentam como uma questão importante tanto para a análise do conjunto das elites políticas de uma sociedade quanto do próprio empresariado e da sua participação na definição das políticas de Estado e no funcionamento e na transformação das instituições políticas¹⁰.

Isso posto, surgem duas questões de natureza sociológica, intimamente relacionadas, que tivemos que equacionar em nossa pesquisa. A primeira diz respeito à definição do objeto. O critério de escolha dos entrevistados foi guiado pelo método posicional, utilizado tanto em estudos clássicos (MILLS, 1985; MILIBAND, 1982), quanto em pesquisas mais recentes sobre o caso brasileiro (CARVALHO, 1996; LOVE, 1982), e que nos conduziu a localizar a elite empresarial a partir do critério da posição de maior relevância na direção das instituições que representam os interesses do empresariado. Isso exigiu uma adequação dos procedimentos metodológicos, dado que os estudos citados, em geral, voltam-se para as elites que estão relacionadas a cargos públicos ou estatais.

A segunda questão, já mencionada anteriormente, dá-se no âmbito teórico, ou seja, o uso das contribuições dos trabalhos sobre elites políticas para o estudo de uma elite que possui uma natureza tanto econômica, os empresários, quanto política, os dirigentes de entidades que representam interesses do empresariado frente à sociedade e ao Estado, com a particularidade de o nosso objeto possuir uma natureza estadual, o que não deixa de ser relevante, dada a importância deste âmbito da política na sociedade brasileira.

Mas, os estudos sobre elites sugerem outros aspectos importantes para os nossos objetivos. Diversos trabalhos indicam as particularidades e principalmente a escassez de estudos voltados para as elites *superiores*, ou seja, vinculadas a grupos mais restritos numericamente, mas relevantes nos aspectos econômico e político, tais como os parlamentares, os ocupantes de cargos públicos, os membros do

⁹ Os estudos clássicos de Mosca, Pareto e Michels no campo da Teoria das Elites já indicavam claramente que a questão da *autenticidade* da representação da elite em relação ao coletivo maior ao qual representa ou está inserida é distinta e muito mais complexa do que aquela relacionada ao estudo das suas características.

¹⁰ Em outras pesquisas, em andamento, consideramos os dirigentes de empresas de grandes porte e grande relevância econômica e setorial como integrantes da *elite empresarial*, mas em especial as suas *atitudes e ações políticas*. Aqui são considerados apenas os presidentes de entidades de representação do empresariado. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Judiciário e os empresários, e também as dificuldades relacionadas à coleta de informações através de entrevistas com este tipo de elite¹¹. Tais estudos mostram os problemas e as dificuldades de entrevistar elites, frente as *não-elites*, e, em particular, a escassez de estudos, não só no Brasil mas também no exterior, sobre elites empresariais e seus valores políticos no contexto democrático.

Em suma, o conceito de elite empresarial e a forma como ele é aqui operacionalizado caracterizam-se pelos seguintes aspectos: em primeiro lugar, refere-se a um grupo que possui ou controla diversos tipos de capital e, portanto, possui poder econômico relevante frente à sociedade, mas dentro deste grupo são considerados apenas aqueles que se destacam no processo de representação política do próprio grupo. Isso permite que a elite empresarial seja considerada mais do que uma *elite econômica*, mas também como uma *elite política*, entendida como aquela que é composta pelos que ocupam os principais cargos políticos. Enfim, o que a distingue é mais do que a posse ou controle do capital, mas sobretudo o exercício da representação política do grupo que possui tal característica, seja diante de seus pares, ocupando o cargo mais importante na direção de uma entidade representativa, seja no exercício da defesa dos interesses empresariais frente ao Estado e aos demais grupos políticos da sociedade.

Em segundo lugar, implica na articulação de variáveis relacionadas ao recrutamento - mais características dos estudos sobre elites políticas - com outras relacionadas a valores políticos ou cultura política, tendo como tema central a democracia.

Por último, este conceito abre uma frente cujas implicações teóricas ultrapassam as pretensões deste artigo, mas que são de grande importância, ou seja, o estudo de uma dada elite como forma de estudar as características do grupo ou classe social ao qual pertence. Entendemos que o conceito de elite empresarial, por se referir à elite política de uma dada classe social possuidora de poder econômico relevante, pode ser um instrumento de análise do empresariado enquanto *classe social* e do estabelecimento de estratégias mais eficazes de análise das particularidades de sua ação política.

A seguir, apresentamos as características gerais da presente pesquisa, a saber, o objeto, os contextos econômico e político paranaense no período de 1995-2005, as questões a partir das quais produzimos e analisamos os dados bem como a forma de tratamento das variáveis. Em seguida, fazemos a análise dos dados à luz de nossa problemática e apresentamos algumas conclusões.

¹¹ Sobre isso, ver Ostander (1995), Welch et al (2002) e Kaze (2003). Estes trabalhos são interessantes também como forma de divulgação de experiências de pesquisas baseadas em entrevistas de elites.

1 – O estudo da elite empresarial paranaense

Neste artigo, procuramos de um lado, defender a importância de determinada abordagem do empresariado e de sua elite - no caso, a análise de seus valores políticos articulada às problemáticas típicas dos estudos sobre elites políticas - e, de outro, considerar o caso da elite empresarial paranaense. Utilizando um questionário padrão, foram entrevistados vinte e um presidentes de onze das principais entidades de representação do empresariado do Paraná no período de 1995 a 2005¹².

Torna-se necessária uma caracterização, ainda que breve, das entidades contempladas pela pesquisa, no sentido de se obter um quadro aproximado do âmbito de seleção e atuação desta elite empresarial, permitindo maior precisão no alcance das inferências. Como dito anteriormente, não estamos tratando aqui da questão da representação política em todas suas implicações. De modo que não foi feita uma análise detalhada dos setores que as entidades, efetivamente, representariam. Isso exigiria uma análise de sua agenda de interesses e de sua ação política.

Apresentamos uma caracterização das entidades de acordo com os setores e segmentos que elas representam, a partir do seu auto-posicionamento, ou seja, na descrição que elas próprias fizeram de seu campo de representação e atuação (Tabela 1). As entidades contempladas estão entre as mais importantes do estado, atuam tanto em âmbito estadual quanto nacional, representam os setores mais importantes da economia do estado e são de natureza tanto sindical quanto associativa, com predominância daquelas deste segundo tipo.

¹² Convém ressaltar que, em função do pequeno número de indivíduos que compõem esta elite, os cálculos por porcentagem, bem como as correlações, devem ser considerados com cuidado. Entretanto, considerando que o número total de indivíduos que ocuparam a presidência das entidades aqui contempladas é 35, que um destes indivíduos faleceu antes de ser contemplado pela pesquisa, e que, destes, 21, ou seja, 60% foram entrevistados, temos uma representatividade significativa desta elite. Portanto, isso não compromete a verificação das hipóteses aqui consideradas. A pesquisa se esforçou para abranger o maior número possível de entidades, mas nem todas se dispuseram a participar, como a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) e a Sociedade Rural do Paraná (SRP), o que não compromete a validade dos dados obtidos em relação aos nossos objetivos.

Tabela 1 - Entidades e respectivos setores de representação

Entidades	Setor Representado
ACP - Associação Comercial do Paraná	Setores comerciais diversos de pequeno e médio portes
APEOP - Associação Paranaense de Empresários de Obras Públicas	Setor imobiliário - atende os segmentos de construtoras, imobiliárias e administradoras
ADEMI-PR - Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná	Setor de obras públicas
APRAS - Associação Paranaense dos Supermercados	Setor de atividades no sistema de venda de produtos alimentícios e bens de consumo em geral
FACIAP - Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná	Associações de micro-empresários do comércio, com destaque para o segmento varejista.
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná	Sindicatos rurais
FECOMÉRCIO - Federação do Comércio do Estado do Paraná	Sindicatos do comércio de bens, serviços e turismo
FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná	Sindicatos da indústria de todos os portes, com destaque para o segmento de alimentos
IL - Instituto Liberal do Paraná	Não se aplica
SECOVI - Sindicato da Habitação e Condomínios	Sindicato de imobiliárias e condomínios
SINDISEG-PR - Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná	Sindicato de seguradoras privadas

Fonte: NUSP, 2007.

Em relação à inclusão do Instituto Liberal, dois aspectos devem ser destacados. Em primeiro lugar, sua existência no Paraná se deu entre os anos 1995 e 1998 e, embora não seja, especificamente, uma entidade de representação do empresariado, caracteriza-se pela tentativa de difundir uma visão liberal da sociedade, da economia e do Estado. Sua inclusão, portanto, está relacionada aos valores políticos que profere; além disso, voltou-se, e foi bastante freqüentada, por empresários¹³.

Não foi possível realizar entrevistas com todos os presidentes de todas as entidades pesquisadas, mas foram contemplados mais de 60% dos indivíduos que ocuparam a presidência das referidas entidades em períodos significativos (Tabela 2). Sobre este aspecto, deve-se considerar ainda que se trata de um estudo sincrônico e sem a pretensão de acompanhar questões como a dinâmica de constituição e circulação das elites empresariais no Paraná ou o seu grau de renovação.

¹³ Sobre o Instituto Liberal no Paraná, ver Lima (2003). Sobre a experiência do Instituto Liberal no Brasil, ver Gros (2002).

**Tabela 2 - Distribuição dos entrevistados,
segundo o período ocupado na presidência das entidades¹⁴**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ACP											
ADEMI											
APEOP											
APRAS											
FACIAP											
FECOMERCIO											
FAEP											
FIEP ¹⁵											
IL											
SECOVI											
SINDSEG											

Fonte: NUSP, 2007.

Dentro dos objetivos e limites deste artigo, fazemos alguns breves comentários sobre a economia e a política paranaenses no período entre 1995 e 2005, apenas com o intuito de traçar em linhas gerais o contexto em que tais entidades e seus respectivos presidentes se inserem; trata-se, pois, de caracterizar apenas o contexto de constituição da elite empresarial paranaense e não de analisar as conjunturas econômica e política.

O Paraná sempre foi um estado muito forte na atividade agrícola. O espaço antes ocupado pela cafeicultura vem sendo tomado pela soja, e, mesmo sendo uma cultura relativamente recente, já obteve safras importantes em comparação com outros estados. A região metropolitana de Curitiba é o maior centro industrial do estado, onde se encontram as montadoras da Volkswagen-Audi e da Renault, ambas de grande porte, o que faz desta região o segundo pólo automotivo do país. O setor terciário do Paraná concentra-se no comércio externo, pois conta com o Porto de Paranaguá para escoamento da produção (os principais países que importam produtos paranaenses são: Estados Unidos, Alemanha, Itália, Holanda, Japão, Bélgica, Noruega e Inglaterra). A economia paranaense das últimas décadas foi marcada pelo fim do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), que fazia um

¹⁴ As diferenças nas cores referem-se às gestões de diferentes presidentes.

¹⁵ Em praticamente todo o período contemplado pela pesquisa, a presidência da FIEP foi ocupada por José Carlos Gomes de Carvalho, conhecido como Carvalhinho, cuja morte em 2003 impossibilitou a sua participação. Esta entidade foi representada na pesquisa pelos seus então vice-presidentes.

importante papel de agente financiador e articulador de projetos, e a política de atração, através de grandes vantagens e benefícios fiscais, das empresas multinacionais do setor automobilístico (CASTRO, 2005).

Sobre a política paranaense, embora não haja relação direta entre a elite empresarial e o chefe do poder Executivo estadual, o período considerado corresponde às gestões de Jaime Lerner (1995 a 2001) e o primeiro mandato de Roberto Requião (2002 a 2005). Apesar de não problematizarmos a ação política das entidades, as políticas adotadas pelo governo de Jaime Lerner no estado e por Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República deram o tom das grandes questões políticas deste período no Paraná. Os mandatos de FHC e de Jaime Lerner foram marcados pela abertura da economia, pelas privatizações de empresas e bancos públicos e pelo Novo Regime Automotivo de 1995, que teve importantes implicações na chamada *Guerra Fiscal* e na vinda de grandes montadoras, como a Renault, a Chrysler e a Audi-Wolkswagen¹⁶.

No que se refere à problemática sociológica que guiou a coleta dos dados junto à elite empresarial paranaense, foi também do trabalho clássico de Mills (1985) que retiramos as questões gerais que guiaram nossa reflexão e o tratamento de nosso objeto, a saber, a *homogeneidade* e a *coesão* dos indivíduos que compõem esta elite, que foram derivadas em outros problemas específicos. A questão da homogeneidade é tratada a partir do recrutamento e da trajetória política, entendida como a carreira política percorrida antes e durante o exercício da presidência da entidade. Portanto, diz respeito às vias percorridas para a entrada na elite (GIDDENS, 1974). Outras variáveis relacionadas ao recrutamento e que também permitem a análise da homogeneidade da elite, são a origem social e os atributos. De um lado, consideramos os atributos adscritos - ou seja, aqueles que já estão dados no nascimento do indivíduo (KELLER, 1971): sexo, cor, religião e local de nascimento¹⁷. E de outro, os atributos adquiridos, considerados a partir das variáveis escolaridade e estrato socioeconômico. Por fim, analisamos alguns aspectos da socialização dos indivíduos, a partir de dados sobre escolaridade, instituições de ensino e cursos freqüentados.

A coesão é tratada principalmente a partir dos *valores políticos* do grupo, pensados a partir de um aspecto: a democracia. Os problemas derivados são o grau de adesão, a concepção de democracia, a avaliação sobre os possíveis obstáculos à democracia, o auto-posicionamento no espectro político-ideológico e a opinião sobre algumas políticas públicas.

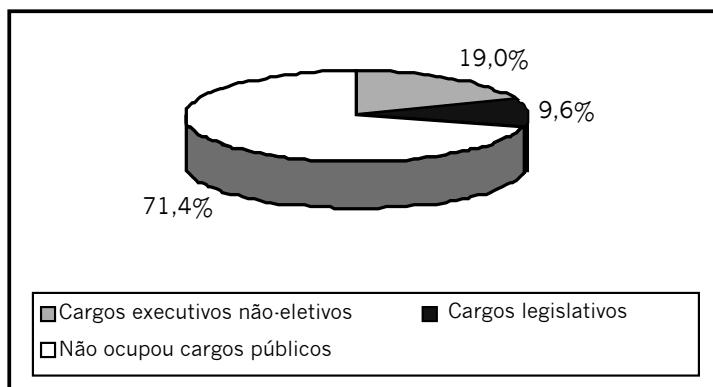
2 – Análise dos resultados

¹⁶ A montadora Chrysler já deixou o Paraná. Sobre o contexto econômico paranaense nos anos 1990, ver Oliveira (2003), que chama a atenção para o fato de que não houve um consenso no interior do empresariado em relação a esta política.

¹⁷ Devemos ressaltar que, embora Keller (1971) não considere a religião como um dos atributos adscritos, em nossa pesquisa incluímos esta variável entre tais atributos.

Tratamos, em primeiro lugar, da questão da homogeneidade da elite empresarial paranaense. Em relação ao recrutamento, procuramos traçar a trajetória política para observar aspectos das vias para o pertencimento à elite empresarial e observamos, primeiramente, que apenas um terço dos membros desta elite ocupou cargos políticos para além da representação empresarial. Entre os entrevistados, menos de um terço (28,6%) ocupou cargos públicos, sendo que destes, dois terços (66,7%) ocuparam cargos não eletivos no poder Executivo (Gráfico 1)¹⁸. Quanto ao pertencimento a partidos políticos, menos de um quarto (23,8%) teve alguma filiação antes de se tornarem presidentes, e esse número cai para 14,3% durante o exercício da presidência.

Gráfico 1 - Cargos públicos ocupados



Fonte: NUSP, 2007.

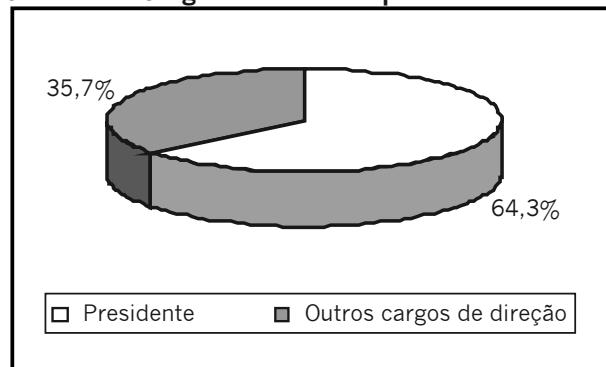
Em contrapartida, observamos uma grande participação anterior na direção de entidades da mesma natureza, dado que dos vinte e um entrevistados, dezessete (81%) já tinham ocupado cargos deste tipo em outras entidades de representação empresarial e, dentre estes, nove (64,3%) já haviam exercido a presidência das suas entidades¹⁹ (Gráfico 2).

¹⁸ O cálculo das porcentagens foi feito com base nos casos válidos, desconsiderando as respostas *não respondeu* e *não sabe*, que ocorreram em pequeno número.

¹⁹ Entendemos como outros cargos de direção vice-presidente, diretor e assessor.

Tal aspecto indica uma tendência predominante no interior desta elite relacionada ao seu recrutamento, ou seja, a importância da ocupação de postos de direção anteriores, em especial o de presidente, em entidades empresariais. Isso é relevante, dado que este cargo exige dois tipos de experiência política: a disputa bem sucedida pela maioria dos votos dos filiados e a gestão e direção das entidades.

Gráfico 2 - Cargo mais alto ocupado anteriormente



Fonte: NUSP, 2007.

Dessa forma, mesmo considerando que se trata de uma elite política que não se caracteriza pela ocupação de cargos estatais ou partidários, não podemos desconsiderar que existe uma trajetória predominante no que diz respeito à ocupação do cargo de presidente de entidade de representação empresarial. Isso indica, portanto, alguns aspectos da carreira, ou seja, as vias predominantes do recrutamento desta elite: de um lado, a experiência em entidades de representação, em especial do próprio empresariado e, de outro, a tendência a um certo distanciamento dos cargos públicos e eletivos.

Este segundo aspecto é relevante porque, até o início dos anos 1990, havia no Brasil uma tendência dos empresários, e mesmo da elite empresarial, em ver com certa desconfiança a política e os cargos políticos²⁰. A mudança nesta tendência, já constatada por outros estudos (DINIZ e BOSCHI, 1993; COSTA, 2007), é, ao menos parcialmente, confirmada pela elite empresarial paranaense, dado que quase um terço dos presidentes passou por cargos públicos.

²⁰ Em pesquisas anteriores, tivemos a oportunidade de verificar tal processo (COSTA, 2005a e 2005b).

Mas, este aspecto é interessante também para pensarmos o ganho analítico da questão da homogeneidade. A verificação de tendências predominantes no recrutamento não permite desconsiderar a importância dos fatores que fogem destas tendências. Assim, a parcela relevante dos presidentes que já havia ocupado cargos políticos, dos quais em torno de 10% eram eletivos, e o fato de que quase um quarto deles havia sido filiado a partidos indicam uma tendência à maior participação dos empresários na política e uma maior aproximação entre estes dois espaços de atuação política por parte desta elite: a representação empresarial e os cargos políticos. Neste sentido, esta é também uma característica importante desta elite e reforça a importância de se considerar a sua natureza política.

Quanto aos atributos adscritos, observamos uma diferenciação da elite empresarial em relação à sociedade paranaense em geral. Determinados grupos estão nela super-representados: 100% são homens e apenas um dos entrevistados não se declarou branco, e sim pardo. Outro ponto é a questão da religião: 81% declararam-se católicos romanos²¹. Quanto ao local de nascimento, quase dois terços (61,9%) nasceram em Curitiba, número que aumenta para 85,7% ao analisarmos o Paraná como estado de origem. A homogeneidade expressa-se, então, claramente neste tipo de atributos.

Em relação aos atributos adquiridos, mais uma vez, os dados corroboram a homogeneidade desta elite, como mostra a predominância de indivíduos pertencentes aos estratos sociais altos e com alto grau de escolaridade (Tabelas 3 e 4). Para uma melhor análise dos dados, agregamos as profissões em estratos alto, médio e baixo²² e os resultados mostram que dois terços (66,7%) dos entrevistados se enquadram no estrato social alto. Em relação a este aspecto, o cruzamento entre os dados sobre os entrevistados com aqueles relacionados aos seus pais sugere um outro padrão característico dos membros desta elite, a mobilidade social familiar ascendente (Tabela 3).

²¹ Em relação a estes três aspectos, comparando com a população paranaense, observa-se que esta elite caracteriza-se pela super-representação de determinados grupos, dado que a população do Paraná é composta por 49% de homens, 77,2% de brancos e 76,6% de católicos romanos. Os dados utilizados para esta comparação foram retirados do censo de 2000, realizado pelo IBGE e estão disponíveis no site: <www.ibge.gov.br>.

²² Por estrato social alto estamos considerando: grande proprietário rural, grande proprietário urbano, executivo de empresa privada, político, altos cargos do setor público. Por extrato social médio consideramos: médio proprietário rural, médio proprietário urbano, profissional liberal, advogado atuante, professor universitário, funcionário público de médio ou baixo escalão, militar. Por fim, enquanto extrato social baixo, temos: pequeno proprietário rural, pequeno proprietário urbano, trabalhador assalariado de empresa privada, professor de outros níveis.

Tabela 3 – Distribuição dos entrevistados segundo ocupação do pai e profissão exercida pelo entrevistado

Ocupação que o pai exerceu por mais tempo (agregada)	Profissão exercida por mais tempo antes do cargo ocupado (agregado)			
	Estrato social alto	Estrato social médio	Estrato social baixo	Total
Estrato social alto	6	1	0	7
	3	4	1	8
	3	0	0	3
	12	5	1	18

Fonte: NUSP, 2007.

A análise da mobilidade social familiar é interessante para tratar de certos aspectos da homogeneidade da elite empresarial. Entre os que estão no estrato social alto, metade tem pais que pertenceram aos estratos médio ou baixo, o que sinaliza uma ascensão social familiar²³. Esta mobilidade ascendente também é observada em relação ao grau de escolaridade (Tabela 4). Neste caso, a ascensão ainda é mais visível: enquanto 85,7% dos entrevistados possuem alto grau de escolaridade, apenas 23,8% têm/tinham pais com este nível de escolaridade.

Tabela 4 – Distribuição dos entrevistados, segundo escolaridade do pai por escolaridade do entrevistado

Escolaridade do pai (agregada)	Escolaridade (agregada)		
	Alta escolaridade	Média escolaridade	Total
Alta escolaridade	4	1	5
	11	1	12
	2	1	3
	17	3	20

Fonte: NUSP, 2007.

Os dados sobre escolaridade revelam outro aspecto interessante da homogeneidade desta elite: a ausência de indivíduos com baixa escolaridade e o fato de que apenas 14,3% dos entrevistados tem/tiveram pais com baixa escolaridade²⁴.

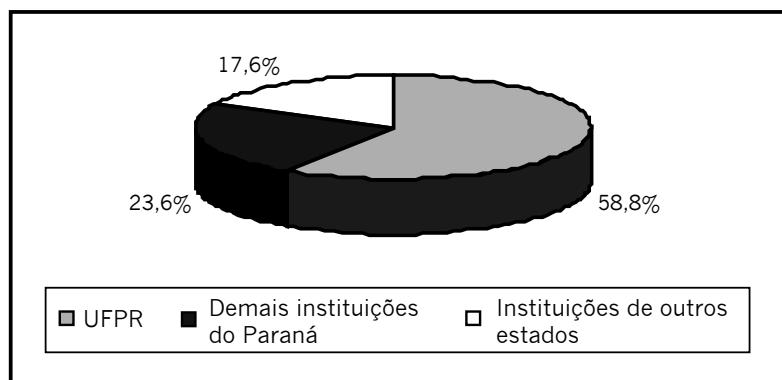
²³ Esta variável foi agregada nas seguintes categorias: alta escolaridade: curso superior ou acima; média escolaridade: curso superior incompleto, ensino médio, ensino médio incompleto, ensino fundamental completo; baixa escolaridade: ensino fundamental incompleto.

²⁴ Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apenas 0,53% da população paranaense possui ensino superior. Este dado está disponível na página do IPARDES: <www.ipardes.gov.br>.

A escassez de estudos sobre a elite empresarial restringe, porém, a possibilidade de comparações. Mas, Martins (1968), ao analisar os dirigentes de grandes empresas no Brasil do início dos anos 1960, apresenta dados que mostram que o recrutamento destes empresários se dava preponderantemente em áreas urbanas e que 60% deles tinham pais oriundos de estratos mais altos (grandes industriais, empresários e comerciantes), contra apenas 34% de estratos médios (técnicos, pequenos industriais e pequenos proprietários rurais) e 6% de estratos baixos (trabalhadores qualificados e trabalhadores da cidade e do campo não qualificados). Isso sugere que o grau de ascensão social verificado na elite paranaense aqui estudada é maior do que a que caracterizava o objeto de pesquisa do autor (MARTINS, 1968, p. 135).

A homogeneidade também pode ser verificada em relação a alguns aspectos relacionados à socialização dos indivíduos. Como mencionado anteriormente, 85,7% dos entrevistados possuem curso universitário. Entre estes, 82,4% estudaram em instituições de ensino superior do Paraná, sendo que mais da metade (58,8%) graduou-se pela Universidade Federal do Paraná, o que significa que quase metade (47,6%) dos entrevistados estudou nesta universidade (Gráfico 3). Ao analisar os cursos escolhidos, observamos que o universo restringe-se aos mais *tradicionais*, a saber, Administração, Agronomia, Direito, Economia, Engenharias e Medicina. Enfim, a concentração da formação em instituições paranaenses, e em especial a UFPR, ao lado da natureza das profissões resultantes, também indica a homogeneidade desta elite no que se refere ao nível de escolaridade, à instituição de formação e ao tipo de curso escolhido.

Gráfico 3 – Distribuição dos entrevistados, segundo instituições de ensino superior em que estudaram



Fonte: NUSP, 2007.

Apenas a título de ilustração, quando comparamos nossos resultados com aqueles obtidos por Cardoso (1967), observamos que a homogeneidade em relação à escolaridade da elite empresarial paranaense é mais alta do que aquela que se apresentava tanto entre os entrevistados nativos de países como Argentina, Chile e Colômbia, quanto de outros, como Estados Unidos, França, Espanha e Inglaterra²⁵.

Observamos que os atributos tanto adscritos quanto adquiridos confirmam uma homogeneidade no interior desta elite, o que também confirma a proposição de Keller (1971) de que as elites tendem a ser mais homogêneas em relação aos atributos adscritos do que aos atributos adquiridos dado que, em relação a sexo, cor e local de nascimento, a homogeneidade é maior do que em relação a escolaridade, profissão e instituições de ensino e cursos freqüentados.

Em suma, os dados nos permitem considerar que essa elite é homogênea tanto em relação à trajetória política quanto à origem social e atributos adscritos e adquiridos, indicando um certo padrão de recrutamento²⁶.

Consideradas as características socioeconômicas gerais, tratamos agora da sua coesão, ou seja, dos valores e atitudes políticos que a elite compartilha, mais especificamente aqueles relacionados aos seguintes fatores: 1) a concepção de democracia; 2) os obstáculos à democracia; 3) as declarações de adesão à democracia; 4) as opiniões sobre determinadas políticas públicas e 5) o auto-posicionamento no espectro político-ideológico.

Em primeiro lugar, os dados sobre as características da concepção de democracia são interessantes para avaliar as *particularidades* da sua coesão. Se, de um lado, há pouca coesão em relação à idéia de que a democracia deveria funcionar a partir de orçamentos participativos ou através da participação direta dos cidadãos²⁷, por outro, a coesão é mais intensa em relação ao entendimento de que a democracia caracteriza-se principalmente pela representação através do voto (95,2%) e, embora em menor escala, pela defesa da participação através de conselhos gestores (71,4%)²⁸.

Ainda dentro da questão da concepção de democracia, através de uma pergunta contida no questionário, simulamos uma situação na qual os entrevistados seriam forçados a escolher entre *liberdade* e *igualdade*: escolheram *liberdade* 61,9% e *igualdade* 28,6% dos entrevistados.

²⁵ Como ressalvamos anteriormente, o conceito de elite empresarial e os objetivos de Cardoso são distintos dos aqui considerados, mas isso não torna a comparação menos interessante.

²⁶ Mais uma vez, a escassez de pesquisas sobre o empresariado com dados semelhantes limita a possibilidade de comparações e o ganho analítico delas decorrente.

²⁷ Em relação a estes dois aspectos, a distribuição é a mesma: 42,9% concordam e 52,4% discordam, sendo que 4,8% não têm uma posição definida.

²⁸ Talvez isso possa ser parcialmente explicado pelo fato de serem entidades que se situam e atuam predominantemente em âmbito estadual, espaço no qual existem os conselhos, como os de saúde e educação e trabalho, nos quais, em princípio, é possível a participação da sociedade.

Em segundo lugar, consultados a respeito de quais seriam os obstáculos à democracia (Tabela 5), observamos também uma coesão menor em relação a indicadores como a ganância das elites, o desrespeito aos direitos humanos e uma coesão maior em relação a outros obstáculos, como a falta de educação para o povo, a corrupção nos órgãos públicos, a violência e o crime organizado e a desigualdade de renda. Destaca-se também a coesão em relação à discordância frente à agitação social como ameaça à democracia.

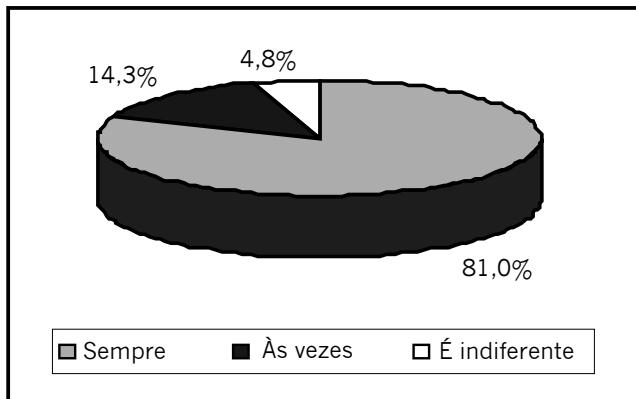
Tabela 5 – Opiniões sobre os obstáculos à democracia, segundo os entrevistados

	Sim (%)	Não (%)	Total (%)
A Falta de educação do povo é um obstáculo à democracia no Brasil	90,5	9,5	100,0
A corrupção nos órgãos públicos é um obstáculo à democracia no Brasil	85,7	14,3	100,0
A violência e o crime são um obstáculo à democracia no Brasil	76,2	23,8	100,0
A desigualdade de renda é um obstáculo à democracia no Brasil	75,0	25,0	100,0
O desrespeito aos direitos humanos é um obstáculo à democracia no Brasil	57,1	42,9	100,0
A ganância das elites é um obstáculo à democracia no Brasil	47,6	52,4	100,0
A agitação social é um obstáculo à democracia no Brasil	28,6	71,4	100,0

Fonte: NUSP, 2007.

Em terceiro lugar, em relação às declarações de adesão à democracia, há uma forte coesão quanto à concordância frente às assertivas de que a democracia é sempre a melhor forma de governo (81%) (Gráfico 4) - que é a mesma porcentagem dos que concordam que o Brasil vive hoje uma democracia -, embora caia um pouco quanto à concordância com a idéia de que o fim da democracia não se justifica em hipótese alguma (61,9%).

Gráfico 4 – Opiniões sobre se a democracia é a melhor forma de governo



Fonte: NUSP, 2007.

Em quarto lugar, quanto às questões relacionadas às políticas públicas, a coesão é maior em relação à defesa da universalização da saúde pública (90,5%), à oposição à reforma agrária em grandes propriedades privadas, produtivas ou improdutivas (81%) e à oposição às cotas para negros nas universidades públicas (76,2%), caindo um pouco em relação à posição contrária à política de renda mínima (61,9%).

Por fim, o auto-posicionamento da elite empresarial no espectro político-ideológico, mostra que, dos vinte e um entrevistados, apenas um se classifica como de esquerda, quase dois terços colocam-se entre centro-esquerda e centro-direita e apenas quatro apresentam-se como de direita, contra três que não responderam. Embora mais de 60% vejam-se nas posições de centro, estes dados sugerem uma coesão menor (Tabela 6).

Mas, quando comparados com a posição diante de questões como a participação direta ou por conselhos gestores, o orçamento participativo, os obstáculos à democracia, a escolha entre liberdade e igualdade e as políticas públicas, a elite empresarial paranaense mostrou-se bastante coesa em relação a um outro aspecto, qual seja, a falta de coerência entre o auto-posicionamento no espectro ideológico e as atitudes políticas, o que indica uma outra face da coesão desta elite.

Tabela 6 – Autoposicionamento dos entrevistados no espectro político-ideológico

Posição	(N)	(%)
Esquerda	1	4,82%
Centro-esquerda	3	14,3%
Centro	8	38,1%
Centro-direita	2	9,5%
Direita	2	9,5%
Extrema-direita	2	9,5%
NR	3	14,3%
Total	21	100%

Fonte: NUSP, 2007.

Constatamos também que, embora menos coesa em relação aos valores políticos, a elite empresarial, em comparação com as outras elites políticas paranaenses²⁹, é mais homogênea. A consideração das homogeneidades no interior do grupo e a comparação com as outras elites políticas do Paraná e as elites empresariais de outros estados podem permitir uma melhor caracterização da elite empresarial paranaense e do seu processo de recrutamento bem como a construção de hipóteses de trabalho mais sólidas para pesquisas voltadas para a ação política deste grupo, mas, sobretudo, enfatizam a necessidade da análise das formas concretas de comportamento político, para a qual os resultados desta pesquisa certamente trazem contribuições importantes³⁰.

Em suma, uma elite exclusivamente homogênea composta por homens e predominantemente branca, católica, com alta escolaridade, em ascendência para o estrato social alto, oriunda da capital e formada pela mesma universidade e nos cursos mais tradicionais, tem, correlativamente, uma coesão em relação à adesão à democracia, à defesa da democracia como melhor forma de governo, à importância das eleições mas também dos conselhos participativos, à prevalência da liberdade frente à igualdade, à incoerência entre auto-posicionamento político-ideológico e atitudes políticas, à visão sobre os obstáculos à democracia e à avaliação sobre a democracia existente no Brasil. Entendemos que a consideração dos valores políticos dá à verificação das características das vias do recrutamento uma nova e sugestiva dimensão: a elite tem que possuir tanto certas características socioeconômicas quanto político-ideológicas.

²⁹ Aqui nos referimos a outras parcelas da elite política, a saber, aqueles que compuseram o quadro administrativo do Executivo estadual (Governador, vice e secretários de estado), os presidentes dos principais partidos políticos e os deputados estaduais (ver PERISSINOTTO et al, 2007).

³⁰ Como vimos, há, por parte desta elite, uma visão positiva em relação à importância das políticas públicas de saúde e uma oposição à reforma agrária e cotas para negros nas universidades.

Ao nosso ver, como sugere Putnam (1976), isso, certamente, revela aspectos do grupo social do qual esta elite advém, indicando as particularidades socioeconômicas e as atitudes políticas da classe social subjacente. Se a comprovação da relação entre a classe e sua elite exige outros desdobramentos, como vimos ao tratar da questão da representação política, não há dúvida de que estas são as características dos que representam a classe no espaço político, pois foi esta que a constituiu.

E a consideração da articulação entre homogeneidade e coesão sugere menos uma relação de determinação entre estas duas dimensões e mais uma caracterização de quem são e como pensam os que compõem esta elite. Isso, certamente, tem implicações sobre as ações e o comportamento da elite em questão na representação dos interesses da classe, e, portanto, coloca-se como um aspecto fundamental para o estudo da ação política do empresariado paranaense.

Considerações finais

Em primeiro lugar, mais do que simplesmente tecer comentários sobre os aspectos relacionados à elite empresarial aqui estudada, buscamos defender a pertinência da articulação entre os estudos sobre o empresariado, enquanto classe social, e as problemáticas teóricas e metodológicas dos estudos sobre elites políticas, já esboçada em trabalhos pioneiros sobre a elite empresarial no Brasil, e a importância da análise dos valores políticos deste grupo, em especial frente à democracia. Como mencionamos ao longo do texto, isso necessariamente exige o desdobramento de outras discussões teóricas e novas pesquisas.

Em relação a este aspecto, podemos notar que os estudos voltados exclusivamente para a elite empresarial, na forma como estamos aqui considerando, ainda estão por serem desenvolvidos³¹. Esta perspectiva permite a consideração da relação entre valores políticos (coesão) e homogeneidade (atributos adscritos e adquiridos), reforçando a importância de estudar, de forma articulada, aspectos sociais e culturais, como acontece nos estudos sobre cultura política de não-elites. Além disso, tal articulação sugere a necessidade de considerar o empresariado não apenas enquanto “elite econômica”, ou seja, possuidora de poder econômico, mas enquanto a *elite política* de uma dada classe social³².

³¹ Alguns trabalhos que se aproximam um pouco desta problemática são os de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza (LAMOUNIER e SOUZA, 2002), do *Grupo de Opinião Pública* da Universidade de Lima (GRUPO DE OPINIÃO PÚBLICA, 2003) e da Pricewaterhouse & Coopers (2006).

³² Estamos desenvolvendo esta questão em outras pesquisas, mas tivemos a oportunidade de realizar um estudo com implicações semelhantes (COSTA, 2007), cujos resultados serão parcialmente comparados com os aqui obtidos.

Este é um dos principais ganhos da articulação entre as variáveis socioeconômicas com aquelas relacionadas aos valores políticos, ou seja, perceber as formas como as particularidades da classe social subjacente se expressa em sua elite. A homogeneidade em relação às primeiras variáveis e a coesão em relação aos valores políticos, em especial sobre a democracia, revelam as vias principais do recrutamento desta elite em relação à sua classe social, dado que é esta que, de uma forma ou de outra, a elegerá como representante, sugerindo que não apenas um conjunto de condições socioeconômicas mas também de valores colocam-se como condição para acesso à elite. E tais vias não impedem a ocorrência de algumas divergências igualmente interessantes.

A análise dos valores políticos, confrontados com as dimensões social e econômica, mostrou uma menor coesão, dado que constatamos, *em menor escala*, a divisão e a dispersão das opiniões dos entrevistados frente a algumas questões³³.

Disto decorre outro resultado importante, de natureza teórica e com implicações metodológicas que ultrapassam nossa pesquisa e este artigo. Constatamos a necessidade fundamental da análise da agenda de propostas e das formas concretas de ação política da elite empresarial, no sentido de testar a hipótese e as particularidades da coesão em relação aos interesses e padrões de ação política. Como afirmamos, o conhecimento das *atitudes* mostra-se muito útil para o estudo das ações políticas.

Sobre este aspecto, apesar de não contemplar as ações concretas da elite empresarial, ao levantar informações sobre as suas atitudes políticas, sugerimos alguns indícios interessantes. Embora praticamente todos declarem que a participação na democracia deve se dar exclusivamente através do voto, metade aceita formas mais participativas, tais como o orçamento participativo, o plebiscito e a participação direta nas decisões políticas, o que indica uma flutuação de posição, que somente seria resolvida em uma situação concreta na qual eles tivessem que se posicionar e agir.

Esta postura da elite empresarial paranaense diferencia-se daquela expressa pela elite empresarial no nível nacional, onde existe um discurso mais favorável às formas participativas e pouca tendência a restringir a democracia às formas institucionais de transferência do ônus da decisão³⁴. Como vimos, quanto ao grau de adesão à democracia, 81% dos presidentes de entidades a consideram sempre a melhor forma de governo. Mas, quando questionados sobre políticas que

³³ Além do que já foi observado, outros exemplos de aspectos não coesos entre os valores da elite empresarial paranaense são a defesa da universidade pública e das justificativas para a aceitação do fim do regime democrático.

³⁴ Referimo-nos aos resultados da pesquisa *Empresariado, instituições e democracia: a questão da reforma política*, também vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, e que analisou as concepções de democracia dos presidentes de entidades empresariais em âmbito nacional (COSTA, 2007).

promoveriam algum tipo de inclusão social (cotas para negros, reforma agrária, renda mínima etc.), mostraram-se contrários a praticamente todas, com exceção da universalização da saúde pública. Estes dados revelam que, apesar da adesão à democracia, não há uma preocupação com a promoção da igualdade como condição de sua sustentação. Assim, quando comparada com a elite empresarial em âmbito nacional e com a elite política do Paraná, a elite empresarial paranaense tende a uma postura mais conservadora ou *liberal*, ou seja, reticente em relação às formas de participação política³⁵.

Mas, o mais interessante é pensar as diversas dimensões das atitudes desta elite. Ela pode ser menos *liberal* em relação a aspectos como a importância do respeito aos direitos humanos como condição da democracia³⁶, a defesa da idéia de que cabe ao Estado o dever de cuidar dos serviços básicos à população, mas pode ser mais *liberal* no que tange à relação entre sociedade, mercado e Estado, na primazia atribuída à liberdade frente à igualdade e também no sentido político, dada a alta adesão à democracia.

Entre os resultados apresentados neste artigo estão também algumas questões que se colocam para pesquisas futuras sobre o tema. Em primeiro lugar, a importância de estudos sobre dimensões locais ou regionais da política, das elites políticas e dos valores políticos. Em segundo lugar, a relevância de estudos diacrônicos e da verificação de como se dá a circulação das elites³⁷.

Em terceiro lugar, alguns aspectos importantes para o desenvolvimento de estudos sobre a ação política desta elite - problemática mais comum entre os estudos sobre elites políticas e sobre o empresariado - foram indicados, tais como a postura frente às instituições representativas, às formas de participação política e às políticas afirmativas. Em quarto lugar, em função do grau de localismo da elite empresarial paranaense, ao lado da necessidade de considerar outras regiões para além da capital e da região metropolitana e o âmbito mais especificamente municipal ou regional de atuação da elite, coloca-se a necessidade de considerar, em termos absolutos e comparativos, as elites empresariais do interior, ou seja, os presidentes de associações comerciais e sindicatos importantes na representação das diferentes regiões do estado³⁸.

³⁵ Comparativamente, no Paraná e mesmo período, a adesão à democracia da elite empresarial é menor do que a da elite político-administrativa (governador e vice, secretários de estado e presidentes de algumas estatais) que era de 92% (ALMEIDA e BRAUNERT, 2007), sendo esta a mesma porcentagem encontrada na elite parlamentar (deputados estaduais) (PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2007).

³⁶ Ver Tabela 5, que indica que mais de 40% desta elite não vê o desrespeito aos direitos humanos como um obstáculo à democracia.

³⁷ Por exemplo, o que foi sugerido pelos dados da Tabela 2.

³⁸ Um exemplo interessante de estudo sobre a elite empresarial do interior do estado do Paraná é o de Gini (2007).

Em quinto lugar, coloca-se a possibilidade de testar a coesão e a coerência em relação às atitudes democráticas por parte desta elite frente a situações concretas. Em sexto lugar, a consideração das características da elite em relação às da classe social subjacente.

Por fim, os limites de nossa pesquisa nos mostram que, seja qual for a elite que se tome como objeto, é fundamental que o estudo de seus valores políticos possua uma natureza qualitativa, de forma a identificar as justificativas e argumentos para as posições e atitudes assumidas, dando maior robustez aos dados.

Neste artigo, pudemos verificar que a recorrência aos estudos e às metodologias de pesquisa sobre elites políticas, articulada aos estudos de seus valores políticos, nos permite uma melhor e mais profunda caracterização da elite empresarial, ao menos daqueles que ocupam cargos em entidades de representação, bem como um uso sociologicamente mais interessante para certas expressões correntes nas análises sobre o empresariado, seja como elite, como “grupo econômico”, ou enquanto classe social.

Este tipo de estudo pode, inclusive, trazer contribuições tanto para a própria análise das elites políticas quanto para as pesquisas sobre o empresariado, em particular no que diz respeito à relação entre esta classe e a questão da democracia e de suas instituições, e também para o estudo de sua ação concreta frente ao regime político democrático, contribuindo assim para uma Sociologia Política da democracia no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, B. G. e BRAUNERT, M. B. Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite-político administrativa paranaense (1995-2002). In: PERISSINOTTO R. et al (orgs.). *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

ALMOND, G. e VERBA S. *The civic culture - Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. California: Sage Publications, 1989.

BARTELL, E. e PAYNE, L. A. *Business and Democracy in Latin America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1995.

BISHIN, B. G., BARR, R. R. and LEBO, M. J. "The impact of economic *versus* institutional factors in elite evaluations of presidential progress toward democracy in Latin America". *Comparative Political Studies*, vol.30, nº10, 2006.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. Las elites empresariales en America Latina. In: LIPSET, S. M. e SOLARIS, A. E. *Elites y desarrollo en America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CASTRO, D. e LEÃO, I. Z. C. "Uma análise da economia paranaense nas ultimas décadas". *Economia & Tecnologia*, Curitiba: UFPR/PPGDE/CEPEC, vol.1, nº1, p.51-58, 2005.

COSTA, P. R. N. "Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.20, nº57, p.109-126, 2005b.

_____. "Como os empresários pensam a política e a democracia". *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº2, p.422-449, 2005b.

_____. "Empresariado, instituições democráticas e reforma política". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº28, 2007.

CRUZ, S. C. V. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas/São Paulo: UNICAMP/FAPESP, 1995.

DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. Brasil: um novo empresariado ? Balanço e tendências recentes. In: E. DINIZ (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993.

_____. Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. In: DINIZ, E., BOSCHI, R. e SANTOS, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

_____. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2004.

_____. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2007.

DREIFUSS, R. A. 1964: A conquista do poder. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURAND, F. "Business and the Crisis of Peruvian Democracy". *Business and Politics*, vol.4, nº3, 2002.

GIDDENS, A. "Elites in the British Class Structure". In: STANWORTH, P. e GIDDENS, A. (eds.). *Elites and power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

GINI, S. *A construção da hegemonia empresarial: o caso do Movimento Repensando Maringá (1994-2004)*. Dissertação de Mestrado em História, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2007.

GROS, D. B. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Campinas. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

GRUPO DE OPINIÃO PÚBLICA. *Situación económica y empresarial del Perú*, Barómetro Empresarial, V Encuesta Anual a Líderes Empresariales. Lima: Universidad de Lima, julho-agosto, 2003.

INGLEHART, R. "The renaissance of political culture". *American Political Science Review*, vol.82, nº4, 1988.

KAZE, A. "Transformational Elite Interview: Principles and Problems". *Qualitative Inquiry*, 2003.

KELLER, S. *O destino das Elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LAMOUNIER, B. e SOUZA, A de. *As elites brasileiras e o desenvolvimento nacional: fatores de consenso e dissenso*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 2002.

LEOPOLDI, M. A. P. *Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, E. P. S. *Instituto Liberal: A defesa das leis de mercado no Paraná - 1987-2002*. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, 2003.

LOURENÇO, G. M. e LEÃO, I. Z. C. "Tendências da economia brasileira e paranaense - 1995-2005". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, nº86, p.101-121, 1995.

LOVE, J. L. *A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, L. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MILIBAND, R. Resposta a Nicos Poulantzas. In: R. BLACKBURN (org.). *Ideologia na Ciência Social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MILLS, C. W. A elite do poder: militar, econômica e política. In: FERNANDES, H. R. (org.). *Wright Mills*. São Paulo: Ática, Coleção "Grandes Cientistas Sociais", 1985.

OLIVEIRA, V. L. de. Estado, empresariado regional e o setor automotivo no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, nº105, 2003.

OSTANDER, S. A. "Surely you're not in this to be helpful: Access, rapport and interviews in three studies of elites". *Journal of contemporary Ethnography*, vol. 22, nº1, 1993.

PAHL, R. E. e WINKLER, J. T. The economic elite: theory and practice. In: GIDDENS, A. and STANWORTH, P. (eds.). *Elites and Power in British society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

PAYNE, L. A. *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994.

_____. Brazilian Business and the Democratic Transition: nem attitudes and influence. In: BARTELL, E. and PAYNE, L. A. (eds.). *Business and Democracy in Latin America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1995.

PERISSINOTTO, R. M. et al (orgs.). *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, R. M. e BRAUNERT, M. B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). In: PERISSINOTTO, R. M. et al (orgs.). *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

PRICE WATERHOUSE e COOPERS. 2006. 2^a Pesquisa de Líderes Empresariais Brasileiros. Price Waterhouse & Coopers. Disponível em:
<http://www.pwc.com/images/bz/Pesq_Lid_Emp_Bra.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2006.

PRZEWORSKI, A., CHEIBUB, J. A. e LIMONGI, F. "Democracia e cultura: uma visão não culturalista". *Lua Nova*, nº58, p.9-35, 2003.

PUTNAM, R. D. *The Comparative Study of Political Elites*. New Jersey: Prentice Hall, 1976.

WELCH, C. et al. "Corporate elites as informants in qualitative international business research". *International Business Review*, nº11, 2002.

Paulo Roberto Neves Costa - paulocosta@ufpr.br

Ícaro Gabriel da Fonseca Engler - icaro.engler@yahoo.com.br

Recebido para publicação em março de 2008.

Aprovado para publicação em julho de 2008.